

O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO GERENCIAMENTO DE CRISE NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE RÁDIO PATRULHA NA REGIÃO DO 16º BPM - FORMOSA

SERVICE OF OCCURRENCES INVOLVING CRISIS MANAGEMENT IN THE EVERYDAY OF PATROL RADIO TEAMS IN THE REGION OF THE 16th BPM - FORMOSA

SILVA, Marcus Vinicius Barcelos¹
SILVY, Felipe²

RESUMO

Este artigo buscou analisar de forma geral se o efetivo policial militar da cidade de Formosa-GO está qualificado para gerenciar crises, decorrentes de ocorrências diárias; e verificar de forma específica, se aquele possui capacitação para manusear equipamentos menos que letais no serviço de rádio patrulha nestas situações. Para tanto, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica quantitativa, acerca do conceito de crise no contexto do trabalho policial militar, e das características do gerenciamento de crise. Após, foi realizada uma pesquisa de campo, a qual se concretizou por meio de um questionário aplicado aos policiais militares efetivos do 16º BPM, da cidade de Formosa. Foi possível verificar que o público alvo da pesquisa necessita de qualificação e treinamento diferenciado para desempenhar o gerenciamento e resolução de ocorrências cotidianas que acarretam em situações de maiores proporções. Evidenciou-se, também, uma necessidade urgente em se investir em equipamentos voltados para a área de gerenciamento de crise, vez que esses acessórios podem auxiliar e possibilitar atuações distintas do policial militar nessas ocorrências, através do uso progressivo e diferenciado da força policial. A importância da pesquisa se evidencia pela necessidade de se entender melhor o gerenciamento de crise no âmbito de planejamento estratégico de ações da Polícia Militar, para que se coadune com as atuais necessidades da tropa de área em atender os anseios da sociedade no tocante a Segurança Pública, e na resolução de situações de crise.

Palavras-chaves: Crise. Gerenciamento de crise. Ocorrências envolvendo crise. 16º Batalhão da Polícia Militar. Formosa-GO.

ABSTRACT

This article sought to analyze in a general way if the effective military police in the city of Formosa-GO is qualified to manage crises, resulting from daily occurrences;

¹ Aluno do Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares (CHOA) do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, barcelos_vinicius@hotmail.com, Goiânia-GO, janeiro de 2020.

² Professor orientador: Aspirante a Oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás, Bacharel em Direito, Pós-graduado em Gestão de Segurança Pública (MBA) e Direito Processual Penal, felippe.silvy@hotmail.com, Goiânia-GO, janeiro de 2020.

and to verify in a specific way, if it has the capacity to handle less than lethal equipment in the patrol radio service in these situations. To this end, a quantitative bibliographic research was initially carried out on the concept of crisis in the context of military police work, and the characteristics of crisis management. Afterwards, a field research was carried out, which was carried out through a questionnaire applied to the effective military police officers of the 16th BPM, in the city of Formosa. It was possible to verify that the target audience of the research needs qualification and differentiated training to perform the management and resolution of everyday occurrences that lead to situations of greater proportions. There was also an urgent need to invest in equipment aimed at the Crisis Management area, since these accessories can assist and enable different actions of the military police in these cases, through the progressive and differentiated use of the police force. The importance of the research is evidenced by the need to better understand crisis management in the context of strategic planning of actions by the Military Police, in order to be in line with the current needs of the area troop in meeting the needs of society with regard to Public Security, and in the resolution of crisis situations through the use of less than lethal equipment.

Keywords: Crisis. Crisis management. Occurrences involving crisis. 16th Military Police Battalion. Formosa-GO.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se à utilização de equipamentos menos que letais por policiais militares no atendimento de ocorrências que envolvam gerenciamento de crises. Originalmente, o estudo da técnica de gerenciamento de crise foi aperfeiçoado nos Estados Unidos da América (EUA) há cerca de vinte anos, através do Departamento Federal de Investigação – FBI.

No Brasil, a primeira matéria sobre o tema foi publicada pelo Delegado da Polícia Federal, Roberto Chagas Monteiro, que instituiu o Manual de Gerenciamento de Crises no âmbito nacional, baseado na doutrina internacional do FBI. O interesse pelo assunto veio crescendo ao longo dos anos, tendo em vista a latente necessidade de se aprimorar o tema e os recorrentes incidentes envolvendo situações de crises que começaram a repercutir sobremaneira em diversos cenários.

De acordo com o FBI, gerenciamento de crises é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise. Este evento caracteriza-se por sua imprevisibilidade e consiste no fato de pode ocorrer com qualquer pessoa, em qualquer local e a qualquer momento.

Na compressão de tempo, fundamentada na necessidade de tomada de decisões com urgência e agilidade, o que se vislumbra é a preservação da vida de todos os envolvidos, juntamente com a aplicação da lei. Para tanto, é necessário a utilização da técnica de gerenciar situações pelos primeiros interventores que chegam ao local de crise: os policiais militares.

Isto posto, o presente artigo objetiva de forma geral analisar se o efetivo policial militar da cidade de Formosa-GO está qualificado para gerenciar crises decorrentes de ocorrências diárias; e verificar de forma específica, se aquele possui capacitação para manusear equipamentos menos que letais no serviço de rádio patrulha nestas situações.

Sua importância justifica-se pela necessidade de se entender melhor o gerenciamento de crise no âmbito de planejamento estratégico de ações da Polícia Militar, para que se coadune com as atuais necessidades da tropa de área em atender os anseios da sociedade no tocante a Segurança Pública, e na resolução de situações de crise através do uso de equipamentos menos que letais.

Logo, busca-se através de uma pesquisa bibliográfica quantitativa acoplada a uma pesquisa de campo, que foi realizada com os policiais militares lotados na sede do 16º Batalhão de Polícia Militar (BPM) da cidade de Formosa-GO, trazer elementos que permitam elucidar as implicações do gerenciamento de crise em ocorrências nas quais esta se manifesta, bem como a importância da qualificação e treinamento dos policiais militares no que tange ao uso de equipamentos menos que letais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A ATIVIDADE POLICIAL MILITAR E O USO DIFERENCIADO DA FORÇA

Conforme preconiza o Artigo 144, § 5º e 6º da Constituição Federal (CF) de 1988, cabe às polícias militares, forças auxiliares e reservas do exército, a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). Foureaux (2019) expõe que dentre os órgãos de segurança pública descritos taxativamente nesse dispositivo legal, a Polícia Militar é a que detém o maior número de atribuições.

Por englobar em suas ações atividades não descritas expressamente como atribuições de outros órgãos policiais, descreve Greco (2010), que o papel exercido pelas polícias militares vem sendo constantemente repensado, analisando o contexto social o qual estamos inseridos. É notório, portanto, que sua atuação está se tornando cada vez mais imprescindível, se considerarmos o aumento assustador da criminalidade nos dias atuais.

Nesse cenário, a intervenção de policiais militares nas mais distintas atividades que esta Instituição abarca é preconizada pelo uso diferenciado da força, conceituada por Barbosa e Ângelo (2001) como toda intervenção desses agentes sobre determinado indivíduo, pela qual se minimiza sua capacidade de reação, e garante-se, primordialmente, seus direitos fundamentais.

Entretanto, apesar de ter sido pioneira na incorporação e discussão dos princípios norteadores do uso seletivo da força dentro da Corporação Militar, muito ainda se discute no âmbito da PMGO sobre a qualificação do profissional de segurança pública para lidar em situações de tensão de forma eficaz com os recursos disponíveis para gerenciá-las.

Segundo Rover (2000), as situações nas quais os policiais militares se deparam em seu trabalho policial são imprevisíveis e irregulares, o que exige além de uma preparação específica, uma preparação consideravelmente abrangente focada na realidade cotidiana. Ou seja:

A atividade policial não é uma profissão em que se possam utilizar soluções padronizadas para problemas padronizados que ocorrem em intervalos regulares. Dessa afirmativa, verifica-se a necessidade do operador estar atento a interpretação da lei, contextualizando com as situações cotidianas conflituosas, cujo policial é submetido a tomar decisões durante o exercício de suas funções. (ROVER, 2000, p. 274).

Campos (2011) explica que para atender as exigências de sua profissão para o trabalho diário, o policial militar deve passar por uma rigorosa formação que lhe prepare para lidar com conflitos sociais de toda monta. Entendendo assim, que os meios a serem empregados em determinado conflito, devem ser mensurados de acordo com a necessidade da ocasião, com o auxílio do amparo legal e demais doutrinas operacionais.

É nesse cenário, onde prioriza-se a qualificação desse profissional para atender com presteza as demandas operacionais atribuídas aos policiais militares que atuam na frente de serviço de Rádio Patrulha (RP), que o policial se depara com

um evento que exige posicionamento, qualificação e tomada rápida de decisões: a crise.

2.2 CRISE NO CONTEXTO DO TRABALHO POLICIAL

Entre os diversos assuntos debatidos no âmbito da PMGO, longínquas são as discussões no tocante ao gerenciamento de crises. Sobre o tema, com o intuito de discutir a preparação do recurso humano e sua efetiva aplicação neste contexto específico, a Instituição vem adotando medidas que visam nortear os policiais militares a intervir nessa situação específica através de cursos e de orientações de ações, descritas principalmente no Procedimento Operacional Padrão (POP).

Nessa seara, conceituada por Ferreira (2010), crise pode ser entendida como toda manifestação súbita originada de casos graves ou difíceis, em decorrência da sucessão de fatos de determinação situação, seja por motivos emocionais ou pecuniários. É o ponto que caracteriza o fim de um momento estável e equilibrado, e o início de outro conturbado.

É importante, ainda, destacar, de acordo com a doutrina Norte Americana, algumas características tidas como intrínsecas a situações de crise, a saber: ameaça à vida, imprevisibilidade, compressão de tempo e necessidade de uma postura organizacional não-rotineira e planejamento analítico. Perceba como os aspectos elencados interferem diretamente na atuação do policial militar e nas consequências de sua intervenção nesse cenário.

Em seu contexto amplo, considerando o conceito de Lima Filho (2008, p.5), em que crise “é um evento imprevisível capaz de provocar prejuízos a instituição e seus integrantes”, infere-se que esta pode ser definida, também, como uma situação que requer destreza e rápida capacidade de respostas das autoridades envolvidas.

Assim, segundo Pontes (2000), a atividade policial constitui-se em uma constante administração de crises, pois atua sempre na prevenção ou repressão de conflitos, sejam eles complexos ou não; e na proteção de pessoas, do patrimônio e das instituições. Logo:

Crise no contexto policial nada mais é que uma ocorrência de alta complexidade, com características de ameaça a vida, imprevisibilidade e compressão de tempo, que exige das policiais uma organização não rotineira, planejamento especial e capacidade

de implementação e considerações legais especiais, neste sentido, torna-se imprescindível para o restabelecimento da ordem, a oportuna instalação do Teatro de Operações e o emprego das Alternativas Táticas adequadas para o alcance da solução aceitável, onde a preservação da vida é o objetivo principal do processo de Gerenciamento de Crises. (PINHEIRO, 2017, p. 4).

Note que o conceito de crise, no contexto policial, nos remete a eventos de grandes proporções, que para seu gerenciamento exigem além de um aparato policial específico, um posicionamento rápido e sem planejamento do policial militar. O planejamento, conforme expõe Lima Filho (2008), é ainda prejudicado pela insuficiência de informações sobre o evento crítico, contribuindo tal carência no surgimento súbito da crise, o que enseja um entendimento um pouco mais amplo no conceito de crise em ocorrências policiais.

2.2.1 Gerenciamento de crise

Entre suas distintas vertentes, gerenciar compreende o ato de administrar, comandar, liderar e planejar a execução de atividades que facilitem o processo de determinado trabalho (FERREIRA, 2010). Por conseguinte, entende-se, assim, conforme expõe Pinheiro (2017), que o gerenciamento de crise é um processo eficaz de se identificar, obter e aplicar.

O gerenciamento exige talento, preparo, comprometimento, estudo e perspicácia. Ademais, no teatro policial, este em sua totalidade, não admite falhas. Por esta razão, no âmbito da PMGO, com o intuito de auxiliar e orientar a ação de policiais militares, nas mais diversas situações as quais possa se deparar em suas atividades cotidianas, foi criado o Procedimento Operacional Padrão – POP.

Esse manual de policiamento surge como uma forma de qualificação dos serviços desempenhados pelos policiais militares. Aborda em suas ações procedimentos que prevêm dentre outros, como intervir de forma eficaz em local de crise, e como utilizar equipamentos menos que letais³ necessários nas resoluções de ocorrências envolvendo crises, tais como: algemas, espargidor de agente OC, bastão policial e o dispositivo eletrônico de controle (DEC).

Considerada como um equipamento de uso individual, as algemas são definidas por Diniz (1998) como argolas de ferro interligadas, possuidoras de fechaduras, cuja utilização se destina a prender alguém pelos pulsos. Seu uso é

³ Equipamentos projetados com o intuito de causar incapacidade temporária do indivíduo sobre o qual recai a ação, minimizando e eliminando perigo de morte, lesões permanentes, danos indesejáveis à propriedade e até mesmo o comprometimento do meio ambiente (FARIA, 2014).

regulado pela Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal (SFT), que condiciona sua licitude a casos de resistência e de fundado receio de fuga ou perigo a integridade física dos envolvidos em determinada situação.

Arma de incapacitação temporária, o espargidor à base de Oleoresin Capsicum – OC, mais conhecido como agente de pimenta tipo espuma, é um equipamento de uso não-letal, utilizado em caso de iminência de agressão física contra o policial militar ou terceiros, que objetiva incapacitar pessoas de forma direcionada através de sua aplicação diretamente no rosto do agressor (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2014).

Adiante, descreve Farias (2010), que um bastão policial, anteriormente denominado cassete, e hoje, entendido também, através da expressão tonfa, é um objeto contundente, não-letal, cujo uso tem crescido exponencialmente nos últimos anos em virtude da eficiência da imobilização de oponentes, sem a necessidade de lesioná-los. No POP, são descritas algumas situações diversas nas quais ele é empregado, como: quebra de vidros, arraste de vítima, formação de cordão de isolamento e imobilização de membros.

O DEC é um equipamento de condutividade elétrica que acarreta incapacidade neuromuscular e paralisção imediata do indivíduo. É utilizado diretamente em pessoas sem violar gravemente sua integridade física e sem causar perigo de morte. Classificado como uma arma, ele pode ser utilizado em qualquer ambiente, e a ação de seu disparo consiste em um ciclo e aproximadamente 05 (cinco) segundos (ALVES, 2014).

Outro instrumento de gestão proposto pela PM é a oferta de cursos presenciais de aperfeiçoamento pela Academia da Polícia Militar, como o curso de aperfeiçoamento de cabos e sargentos; e cursos autoinstrucionais disponíveis em Plataformas educacionais de Ensino a Distância (EaD), vinculado a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), como o Uso Diferenciado da Força e Mediação de Conflitos.

2.2.2 Gerenciamento de crise no serviço de Rádio Patrulha (RP)

Tendo em vista que crise é uma situação crucial que exige intervenção rápida da Polícia, antes ou após sua chegada, toda ocorrência pode então evoluir para uma crise. As unidades de Rádio Patrulha (RP), entendidas como o serviço fim

das PM's, são as responsáveis por gerenciar crises de formas diversas e foram criadas com base no modelo norte-americano.

O serviço fim da Polícia Militar do Estado de Goiás é realizado através de equipes formadas por 02 (dois) ou 03 (três) policiais em uma viatura PM, denominadas equipes de RP ou equipes de área. Elas são responsáveis pelo patrulhamento ostensivo e preventivo, pelos atendimentos reativos e proativos, além de toda demanda operacional da corporação.

Segundo Pinheiro (2017), não cabe mais combater o crime de forma empírica, pois temos que dar uma satisfação para a sociedade. Diante de todas as dificuldades devemos usar todos os nossos recursos de forma inteligente. Assim, o serviço de RP é um meio eficiente encontrado pelas polícias de todo o mundo para a prevenção e atendimento reativo, pois se fazem visíveis e mais próximas da sociedade.

Nos dias atuais, todas as unidades Operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás colocam nas ruas diversas equipes de área para atuar como mantenedoras da ordem pública. O comandante e o motorista de equipe de área são constantes gerenciadores de crise, e por isso necessitam de qualificação para intervirem na resolução de ocorrências diretamente relacionadas com o gerenciamento do patrulheiro de área no abordar das ocorrências. Ainda:

A polícia frequentemente recebe outras responsabilidades. Além disso, nem sempre ela emprega a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a isto. Em termos de atividades cotidianas, o trabalho que a polícia executa varia enormemente ao redor do mundo, a despeito do fato de que as leis estabelecendo o policiamento são notavelmente semelhantes em termos das obrigações atribuídas. (BAYLEY, 2002, p. 117).

Conforme essa contribuição, a ausência do emprego da força se dá entre outras devido ao emprego do gerenciamento de crise. É nesse cenário que a utilização de meios menos que letais aliada a atuação da Polícia Militar em ocorrências diárias, ganham destaque em situações de crises que muitas vezes são resolvidas com o uso de armas letais.

3 METODOLOGIA

Objetiva-se através deste estudo científico, analisar de forma geral se o efetivo policial militar da cidade de Formosa-GO está qualificado para gerenciar

crises decorrentes de ocorrências diárias; e verificar de forma específica, se aquele possui capacitação para manusear equipamentos menos que letais no serviço de rádio patrulha nestas situações.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica quantitativa, em que foram utilizados como instrumentos trabalhos acadêmicos, artigos científicos, livros e doutrinas institucionais. O embasamento teórico possibilitou discorrer sobre a função precípua da Polícia Militar no âmbito da Segurança Pública, e o conceito e implicação de crise e seu gerenciamento no contexto do trabalho policial.

Após, foi realizada uma pesquisa de campo com a participação do efetivo policial militar do 16º BPM, situado na cidade de Formosa, em virtude de sua localização. A população que esta pesquisa compreende totaliza 260 (duzentos e sessenta) policiais, os quais estão lotados no referido batalhão, e a amostragem foi realizada tendo como base o quantitativo de policiais militares que desempenham a função de motorista ou comandante de rádio patrulha.

A definição da amostragem caracteriza-se assim, como uma amostra não-aleatória acidental, tendo em vista que a forma de escolha destes colaboradores foi além do critério acima exposto, definida unicamente conforme escala de serviço do dia. Alcançou-se, desta forma, dentro as 04 (quatro) equipes que compõe diariamente o serviço de rádio patrulha na sede daquele Batalhão, um total de 42 (quarenta e dois) policiais militares.

Para a concretização da pesquisa de campo, a pesquisa optou pelo uso de um questionário estruturado em 11 (onze) questões, sendo 06 (seis) questões dicotômicas, 04 (quatro) questões tricotômicas e 01 (uma) questão de múltipla-escolha. Essa técnica de coleta de dados foi direcionada individualmente a cada policial militar, através do serviço de correio eletrônico (*email*), e confeccionada com o suporte da ferramenta “*Google Forms*”, que é um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos.

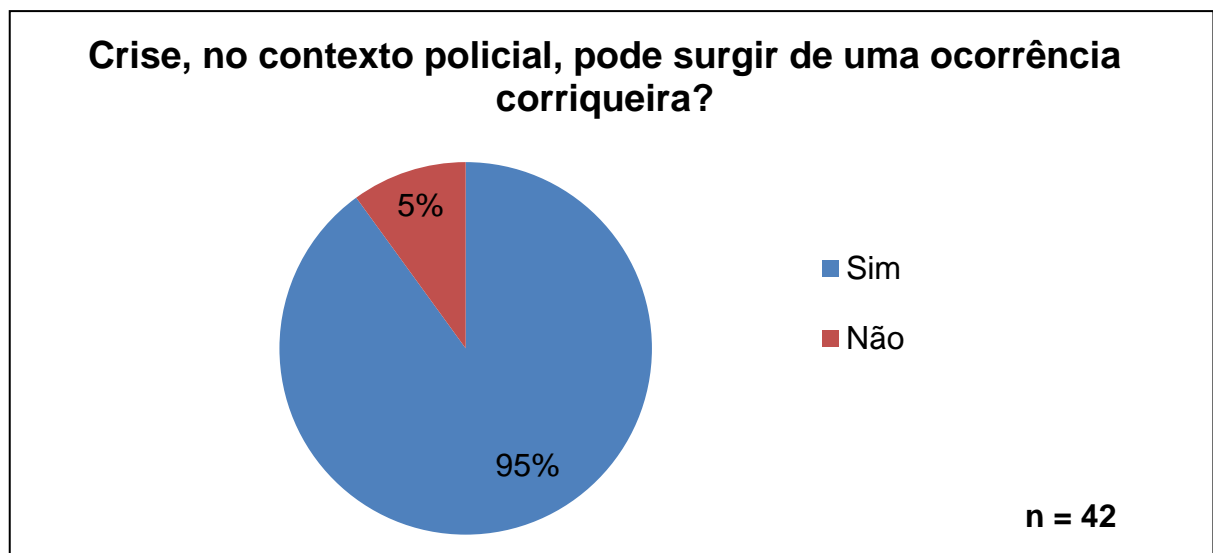
Os dados obtidos foram cuidadosamente analisados e tabulados, e após serem convertidos em gráficos, empregou-os como parte do estudo no intuito de levar esta pesquisa o mais próximo possível da realidade, enfatizando, principalmente, elementos que giram em torno da problemática do estudo: a utilização de equipamentos menos que letais por policiais militares no atendimento de ocorrências envolvendo gerenciamento de crises.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos dados coletados, verificou-se considerando os 42 (quarenta e dois) policiais militares que participaram da pesquisa, que estes possuem idade média de 39 (trinta e nove) anos, sendo que 52% possuem curso de nível superior e uma média de tempo de serviço em torno de 15 (quinze) anos. Daqueles, diversas são as graduações e postos apresentados.

Da pesquisa de campo, 95% acreditam que a crise pode, dentre outros fatores, ser oriunda de ocorrências corriqueiras, conforme delineado no gráfico 1.

GRÁFICO 1: Crise, no contexto policial, pode surgir de uma ocorrência corriqueira?

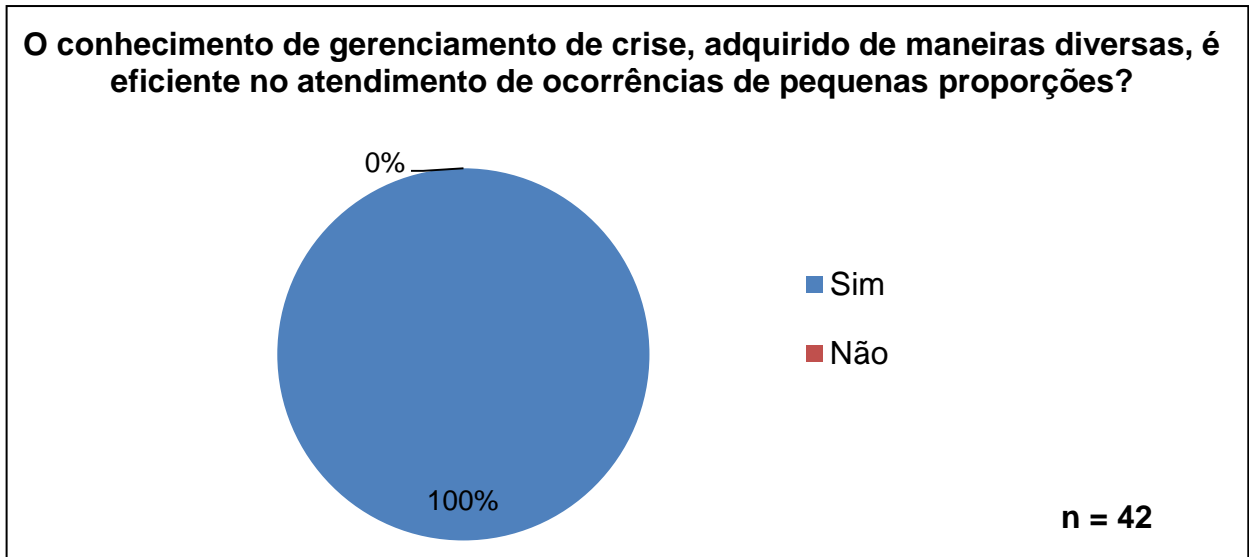


Fonte: O autor (2020).

Essa concepção vai ao encontro do exposto por Gaia (2003), que descreve que por ser conferida a Polícia Militar a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, é inevitável, e até mesmo previsível, que em suas atividades se depare com situações de crises.

No que tange a aplicação do conhecimento obtido sobre o gerenciamento de crise através de diferentes meios, foi consenso entre os policiais que sua utilização pode evitar, em ocorrências de pequenas proporções, sua evolução danosa (vide gráfico 2). Sobre a temática, para Monteiro (2000), quanto mais qualificado e preparado estiver o policial militar para lidar com tais situações, maiores são as chances de se obter resultados mais eficazes e sanar de imediato a situação de crise.

GRÁFICO 2: O conhecimento de gerenciamento de crise, adquirido de maneiras diversas, é eficiente no atendimento de ocorrências de pequenas proporções?



Fonte: O autor (2020).

Convêm mencionar, de acordo com Gaia (2003), que o gerenciamento de crises é uma atividade em suma complexa. Nesse cenário, a falta de competência profissional pode acarretar na falta de resolução da crise e em efeitos irreversíveis. Coaduna com esse pensamento, 99% dos policiais, ao afirmarem que toda ocorrência mal resolvida pode tornar-se uma crise de proporções variadas (gráfico 3).

GRÁFICO 3: Em sua concepção, toda ocorrência mal resolvida pode se tornar uma crise de proporções variadas?



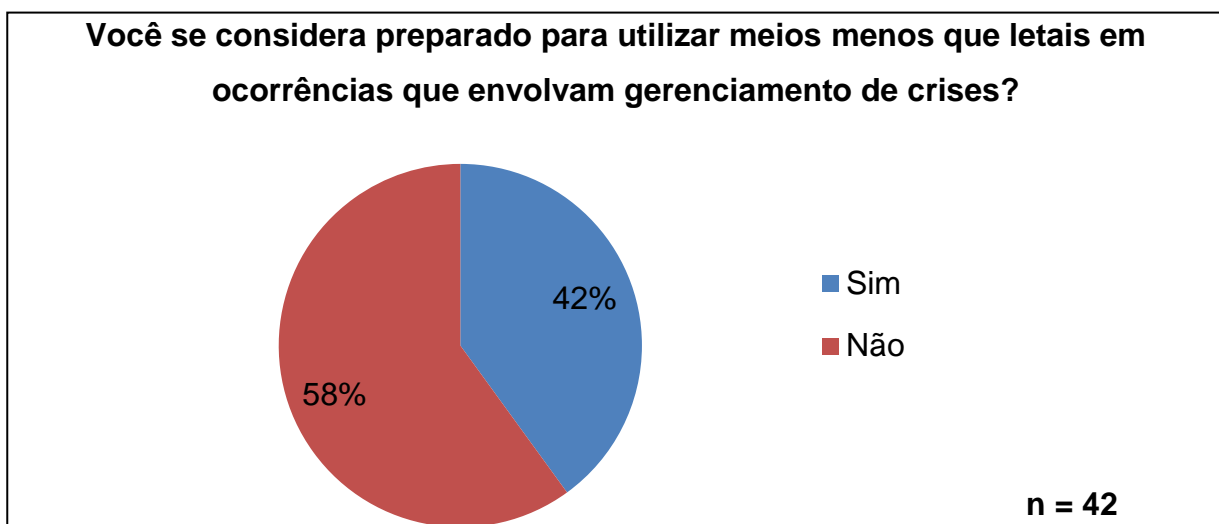
Fonte: O autor (2020).

O que se percebe, é que o atendimento realizado pela polícia, se concentra em situações nas quais as partes estão de alguma forma abaladas, temerosas, exaltadas, transtornadas e sem direção, ainda que momentaneamente. Daí surge a necessidade de um policial tecnicamente preparado para lidar com a situação de forma inteligente e segura. Isso demanda treinamento, técnica e preparo.

Nesta perspectiva, surge a real necessidade de se qualificar melhor toda a tropa, principalmente a operacional, para se alcançar melhores resultados táticos, inclusive adquirindo para o emprego consciente armamentos e equipamentos menos que letais, reduzindo assim essa percepção por parte do policial em não estar devidamente preparado e equipado para a execução do serviço de rádio patrulha, conforme o gráfico.

Ademais, 58% dos policiais admitem não estarem preparados para utilizar armamentos menos que letais. Esse aspecto, que pode ser observado no gráfico 4, gera preocupantes resultados, uma vez que a capacitação prática e teórica do gerenciamento de crise precisa estar atrelada ao uso eficiente de armamentos menos que letais, os quais carecem de autorização, aquisição e treinamento para o seu uso efetivo por parte da tropa em questão.

GRÁFICO 4: Você se considera preparado para utilizar meios menos que letais em ocorrências que envolvam gerenciamento de crises?



Fonte: O autor (2020).

De modo mais específico, de acordo com o gráfico 5, 86% do público alvo não se consideram devidamente equipados com meios menos letais de armamento

úteis nessas ocasiões, principalmente em relação ao espargidor de agente OC e do dispositivo eletrônico de controle, acessórios estes não disponibilizados pela Instituição para uso dos policiais.

GRÁFICO 5: Em seu trabalho policial, você se considera equipado com meios menos que letais que podem ser utilizados na resolução de crises?



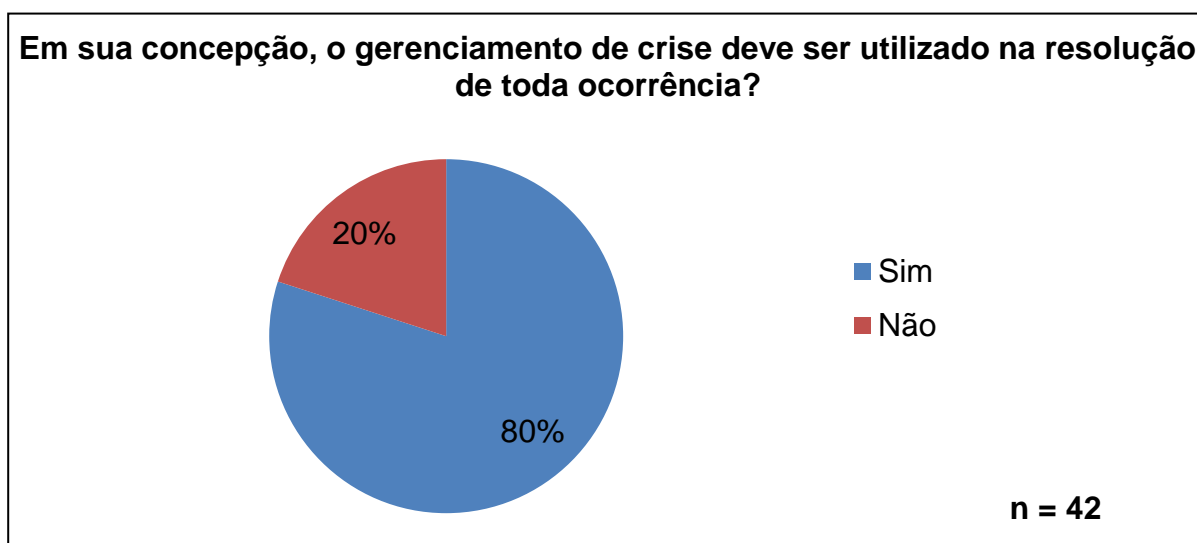
Fonte: O autor (2020).

Fernando e Passos (2013) elucidam essa problemática em seus estudos, e expõem que apesar da Polícia Militar ser uma Instituição centenária e de grande abrangência em todos os Estados do país, grande são os déficits que essa possui em termos de recursos. Essa carência abrange tanto o efetivo policial militar, como também a falta de equipamentos individuais obrigatórios e elementares para a atuação policial.

Assim, contrastado no gráfico 6, 87% acredita que o gerenciamento de crise deve ser utilizado na resolução de toda ocorrência, tendo em vista a evolução súbita do fato. Nesse aspecto, Cabral (1996) reafirma a importância do gerenciamento de crise e expõe que cada situação em apreço exige do policial uma solução distinta e individual.

Por fim, quando o gerenciamento de crise é empregado pela tropa de forma eficiente, seja qual for a natureza da ocorrência, significativas são as chances de se evitar ou até mesmo de sanar de imediato uma situação que se considera como crise.

GRÁFICO 6: Em sua concepção, o gerenciamento de crise deve ser utilizado na resolução de toda ocorrência?



Fonte: O autor (2020).

Observando o estudo realizado em campo, percebe-se que a crise é intimamente ligada a ocorrências cotidianas advindas da atividade policial militar. Nota-se, ainda, que os conhecimentos relacionados à sua resolução auxiliam e possibilitam que o policial militar lide com a situação fática de forma positiva, evitando riscos e danos prejudiciais a todos os envolvidos.

Entretanto, manifestam-se dificuldades que impedem os policiais de intervir em ocorrências que envolvam situações de crise, pois isso requer além de equipamentos específicos, a qualificação do profissional. Em relação a esses dois aspectos, nota-se, que a maioria da tropa não se considera qualificada, tampouco capacitada, para manusear equipamentos tidos como menos que letais.

O interessante, é que mesmo oferecendo cursos que visam não só qualificar, mas também aperfeiçoar os conhecimentos do policial nesse assunto, ainda há obstáculos a serem percorridos para que seja concretizada na prática a teoria. A implementação desses cursos apenas como requisitos para valoração da ficha individual do policial e parâmetros balizadores para ascensão na carreira, não encontra atualmente no cotidiano do policial militar eficácia na resolução do gerenciamento de crises.

Ainda conforme a pesquisa, pôde-se observar que a situação do policial condutor da ocorrência como primeiro interventor, se agrava por não poder contar com suporte da Instituição em fornecer os equipamentos elencados anteriormente. São situações e aspectos que requerem atenção e comprometimento da PM, com

vistas a diminuir os índices de ocorrências que acarretam na maioria das vezes, devido à utilização de equipamentos letais, a morte de algum dos envolvidos.

Logo, é essencial que a ação do policial seja qualificada por meios de técnicas e conhecimentos específicos sobre a temática, o que ressalta a importância do gerenciamento de crises ao se considerar o contexto de altíssimo estresse que o policial estará inserido. Daí a necessidade de se capacitar e equipar no tocante ao gerenciamento de crise nas resoluções das ocorrências rotineiras, as quais devem ser consideradas como crise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propulsora a utilização de equipamentos menos que letais por policiais militares no atendimento de ocorrências envolvendo gerenciamento de crises. Um dos pontos essenciais discutidos neste estudo foi o conceito de crise, entendido como um evento específico e crucial; e o conceito de gerenciamento de crise, compreendido como o processo utilizado para identificar e solucionar uma crise.

Nota-se, que com o acionamento da Polícia Militar através do número de emergência (190), já exista uma crise, e que com a chegada da equipe de área no local, essa crise poderá ter diversos resultados, seja sua resolução, o aumento de sua proporção, ou até mesmo o surgimento de uma crise que não havia. Tudo dependerá da forma com a qual o policial designado para a ocorrência conduzirá a situação.

Desta forma, pode-se inferir que crise é toda ocorrência, a qual mal gerenciada ou abordada evoluirá para uma situação de maior proporção e necessitará de qualificação e capacitação de seu interventor. Não obstante, tendo em vista que a realização do policiamento ostensivo e preservação da ordem pública competem à PM, é fato, que o trabalho policial militar baseia-se primordialmente na intervenção desta na sociedade por meio do atendimento de ocorrências, ou seja, por meio da resolução de crises.

A pesquisa permitiu, também, aferir, a necessidade de se capacitar e equipar melhor os componentes de viaturas de área, já que com o preparo voltado para o gerenciamento de crise e utilização de equipamentos menos que letais, é

possível aumentar consideravelmente os resultados positivos obtidos a partir desse tipo de intervenção.

É elementar mencionar a importância dessa qualificação, tendo em vista serem os policiais militares convencionais os primeiros interventores a chegarem nos locais de crise. Aqui, na maioria dos casos, estes resolverão as crises sem o acionamento de tropas especializadas, em função do pouco tempo que dispõem no momento do fato, da localidade e outros impeditivos que tornam a situação extremamente crítica, mas que necessita de uma resposta eficaz.

Conclui-se, desta maneira, que a tropa de área atuante na região do 16º BPM, necessita de qualificação e treinamento diferenciado para desempenhar o gerenciamento e resoluções de ocorrências do dia a dia que acarretam em situações de maiores proporções.

Por conseguinte, evidencia-se também, uma necessidade urgente em se investir em equipamentos voltados para a área de Gerenciamento de Crise, vez que esses acessórios podem auxiliar e possibilitar atuações distintas do policial militar nessas ocorrências, através do uso progressivo e diferenciado da força policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sandro R. B. **A importância do uso do dispositivo elétrico incapacitante spark dsk 700 pelas forças de segurança pública no Brasil**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2014.

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: **Uma Análise Internacional Comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo-SP: EDUSP, 2002.

BARBOSA, Sérgio Antunes; ANGELO, Ubiratan de Oliveira. **Distúrbios civis: Controle e uso da força pela polícia**. In: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; Polícia Amanhã: Textos fundamentais de polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. **Súmula Vinculante nº11 do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CABRAL, Paulo Cezar Souza. **O Sistema de Defesa Social, Aprendendo a Gerenciar Crises**. Salvador, 1996.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Educação e qualificação do policial militar para o uso da força** / Alexandre Flecha Campos. - - 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 1998.

FARIA, Daniel Beltrame. **Armas não letais: uma solução para o uso gradual da força**. 2014. Disponível em:

<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/37946/armas-nao-letais-uma-solucao-para-o-uso-gradual-da-forca>. Acesso em: 27 out. 2019.

FARIAS, Paulo Sérgio Nascimento. **Manual de Procedimentos e ordem unida com o Bastão policial**. Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Militar do Pará. Belém/Para, 2010.

FERNANDES, Maximiliano de Souza; PASSOS, Wanderson de Deus. **Distribuição do Efetivo Policial Militar para suprir as faltas e necessidades do interior do Estado de Goiás**. Goiânia, 2003. 116p. Monografia – Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás. Curso de especialização em gerenciamento de Segurança Pública.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FOUREAUX, Rodrigo. **Segurança Pública** / Rodrigo Foureaux – Salvador: Editora JusPodivm, 2019. 368p.

FRAGA, Cristina K.. Peculiaridades do Trabalho Policial Militar. **Textos & Contexto**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 6, p.5-5, dez. 2006.

GAIA, José Américo de Souza. Gerenciamento de Crise. **Gerenciamento de Crise**, Acre, v. 2, n. 2, p.01-81, jan. 2003.

GRECO, ROGÉRIO. **Atividade Policial: Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**. – 2ª edição / Rogério Greco. – Niterói, RJ: Imperus, 2010.

LIMA FILHO, Jorge Ramos de. Gerenciamento de Crise. **Gerenciamento de Crise**, Bahia, v. 1, n. 1, p.04-27, jan. 2008.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de Gerenciamento de Crises** - Baseado na Doutrina de Gerenciamento de Crise do FBI, Academia Nacional de Polícia. Curso de Gerenciamento de Crise do Departamento de Polícia Federal, 4ª edição, 2000.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão – POP** / Polícia Militar de Goiás. 3 ed. rev. e amp. – Goiânia: PMGO, 2014, 370p.

PINHEIRO, Carlos. Competência das Polícias no Gerenciamento de Crises. **Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - Cegesp**, Goiânia-go, v. 1, n. 1, p.04-16, jan. 2017.

ROVER, Aires. **Direito, Sociedade e Informática**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

TZU, Sun. Os treze capítulos orientais. **A Arte de Guerra**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.11-122, jan. 2007.

APÊNDICE



ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
“ESCOLA DA HONRA E DA LEALDADE”
CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS AUXILIARES (CHOA)



QUESTIONÁRIO:

O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO GERENCIAMENTO DE CRISE NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ÁREA NA REGIÃO DO 16º BPM - FORMOSA

Prezado Policial,

Este questionário faz parte de uma Pesquisa Científica proposta pela Academia de Polícia do Estado de Goiás como requisito a obtenção de nota parcial para aprovação no Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares (CHOA), a qual visa analisar a utilização de equipamentos menos que letais por policiais militares no atendimento de ocorrências que envolvam gerenciamento de crise.

- Sua contribuição será muito importante, pois o objetivo é, através desta pesquisa analisar se o efetivo policial militar da cidade de Formosa-GO está qualificado para gerenciar crises decorrentes de ocorrências diárias. Com isso, pretende-se verificar se esses policiais estão capacitados para manusear equipamentos menos que letais no serviço de rádio patrulha em situações de gerenciamento de crises.

- As respostas colocadas nesse questionário serão mantidas em sigilo.

Agradecemos imensamente a sua participação.

1 . Qual a sua idade?

(___) De 18 a 25

(___) De 26 a 33

(___) De 34 a 41

(___) 42 ou mais

2 . Qual seu grau de instrução?

- Médio
- Superior
- Pós-graduado
-

3. Qual seu posto ou graduação?

- Soldado
- Cabo
- Sargento
- Oficial
-

4. Há quanto tempo desempenha a função de policial militar?

- Até 10 anos
- De 11 a 20 anos
- 21 anos ou mais
-

5. Em sua concepção, crise no contexto policial, pode surgir de uma ocorrência corriqueira?

- Sim
- Não
-

6. O gerenciamento de crise, que você conhece por leitura de livros e através da mídia, pode ser empregado em ocorrências de pequenas proporções, para evitar sua evolução danosa?

- Sim
- Não
-

7. Em sua concepção, toda ocorrência mal resolvida pode tornar-se uma crise de proporções variadas?

- Sim
- Não
-

8. Em seu trabalho policial militar, você se considera preparado para utilizar meios menos que letais em situações que envolvem gerenciamento de crises?

(____) Sim

(____) Não

9. Em seu trabalho policial, você se considera equipado com meios menos que letais que podem ser utilizados na resolução de crises?

(____) Sim

(____) Não

10. Quais dos equipamentos menos que letais listados abaixo são disponibilizados pela Instituição para uso diário no serviço de rádio patrulha?

() Algemas

() Bastão policial

() Espargidor

() Dispositivo eletrônico de controle

11. Em sua opinião, o gerenciamento de crise, entendido de maneira mais ampla como o atendimento de ocorrências pelas equipes de área, deve ser utilizado na resolução de toda ocorrência, visto a evolução súbita do fato?

(____) Sim

(____) Não
